



## Jornal FNE Edição 121 – Jun/12

Engenheiro traz nesta edição cobertura da greve dos engenheiros do Estado do Acre, que se prolongou por quatro semanas, tendo como reivindicação principal o respeito ao piso da categoria. A mobilização se manteve mesmo após chegar a impasse com o governador e terminou vitoriosa com a atuação da FNE pela retomada do diálogo.

Também na pauta da organização sindical, a campanha Brasil Inteligente lançada pela CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), em 18 de maio último. Entre os objetivos centrais, a instituição de um sistema nacional de qualificação profissional que abranja o conjunto dos trabalhadores brasileiros, em especial os de nível superior.

Uma ação importante da FNE diz respeito ao debate com relação aos serviços de manutenção da iluminação pública, que pode ficar até 527% mais caro, caso se confirme a proposta da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Essa pretende transferir a tarefa de forma obrigatória aos municípios, o que a federação considera equivocado.

Na entrevista, Pedro Noel, ativista das mídias digitais, fala sobre a importância de se desenvolverem redes livres e abertas.

Em C&T, a vitória da equipe “Uai, sô! Fly!!!”, formada pelos alunos da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), em competição internacional de aerodesign. E mais o que acontece nos estados.

Boa leitura.

# OPINIÃO

---

A CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados) realizou em 18 de maio último um seminário sobre as prioridades da entidade com relação à Rio+20, a Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre Desenvolvimento Sustentável. O debate, que após duas décadas volta ao Rio de Janeiro neste mês de junho, traz à pauta a questão fundamental e o grande desafio da humanidade. Como garantir condições de vida dignas, com acesso não só aos serviços essenciais, mas também ao conforto material que o avanço tecnológico permite, a todos os 7 bilhões de habitantes do planeta e, ao mesmo tempo, preservar o ambiente.

A mentalidade do crescimento a qualquer custo, que simplesmente ignorava a necessidade de se economizar recursos naturais, há muito já foi superada. Não significa, porém, que tenham sido encontradas todas as fórmulas adequadas ao desenvolvimento sustentável e mesmo que as boas práticas já prescritas sejam amplamente respeitadas.

Conforme apontado no debate realizado pela CNTU, a grande questão em pauta na Rio+20 será exatamente o chamado “déficit de implementação” do que foi já acordado não só na reunião de 1992, mas nas diversas conferências que se realizaram desde então.

O fato é que os interesses políticos e, sobretudo, econômicos impõem-se, em detrimento das questões socioambientais, tornando extremamente complexo mudar o modelo de desenvolvimento atual. Por outro lado, não é razoável ou sequer possível adotar uma postura antidesenvolvimentista a bem da preservação, especialmente no Brasil, onde há tanto por fazer. É preciso completar o processo de industrialização nacional e combater a estagnação no setor, avançar na agricultura, construir moradias, urbanizar as localidades que carecem de serviços básicos.

Desatar esse nó é, portanto, a missão colocada, e os engenheiros, os profissionais liberais e o conjunto dos trabalhadores muito têm a contribuir para que as metas de um mundo com qualidade de vida para todos e respeito à natureza sejam alcançadas, não só no âmbito da conferência da ONU, mas de forma constante. Ao menos, dois pontos fundamentais ligados a esses objetivos devem estar na agenda do debate das eleições municipais que acontecem neste ano. Os problemas do saneamento ambiental e dos transportes urbanos. Nessa agenda, estão questões ligadas à saúde pública, à poluição de rios e mananciais, uso de energia limpa e garantia de mobilidade, o que não é pouco.

Torçamos para que a reunião entre os chefes de Estado tenha resultado favorável ao planeta. Independentemente disso, trabalheemos todos por um mundo melhor.

*Murilo Celso de Campos Pinheiro — Presidente da FNE e da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados)*

# SINDICAL

---

Num movimento inédito para a categoria no Estado, os profissionais da administração pública direta paralisaram suas atividades por quatro semanas. A greve teve início em 23 de abril último, dada intransigência do Governo do Acre, que se recusava a abrir o diálogo com os engenheiros. Após mediação do presidente da FNE, Murilo Celso de Campos Pinheiro, que conseguiu o compromisso de retomada do canal de negociação junto ao Executivo, encerrou-se a paralisação em 17 de maio. Discutida em reunião, a proposta de voltar ao trabalho foi aprovada em assembleia extraordinária no mesmo dia.

À frente do Senge-AC, Sebastião Fonseca aponta que o papel da federação para solucionar o impasse foi decisivo. Garantiu ainda a não penalização dos que participaram do movimento legítimo – havia a ameaça de corte de ponto, ao que o sindicato entrou com mandado de segurança preventivo (ainda não julgado), bem como de prejuízo aos servidores em estado probatório e em cargos comissionados. Esses últimos – mais de 30 – entregaram-nos ao Governo antes de aderir à paralisação e corriam o risco de não serem reconduzidos às suas antigas funções. O mandatário do Estado, Tião Viana (PT), comprometeu-se a não tomar nenhuma medida punitiva.

Segundo Fonseca, a greve teve a participação de cerca de 200 a 250 profissionais, de um total de 400. O motivo principal seria a não atualização dos valores para a Gratificação de Atividade em Engenharia, prevista na Lei 2.021/2008, chamada Lei Cartaxo. Resultado de ampla luta e gestões do Senge, a norma foi assim intitulada em homenagem ao deputado Francisco Cartaxo – primeiro presidente eleito do sindicato no Estado e um dos seus sócios fundadores –, que faleceu em 2008 e havia impulsionado a conquista. Para se ter uma ideia de sua importância, à época, todos os engenheiros da administração direta passaram a receber o correspondente ao piso previsto na Lei 4.950-A/66. Remuneração não rebaixada após a aposentadoria, como expresso no texto aprovado.

O problema, conforme Fonseca, é que a lei deveria ser atualizada anualmente, o que não vinha ocorrendo. “Nestes quatro anos, não houve nada em termos de enquadramento e não foi possível avançar, mantendo-se um piso equivalente ao de 2008”, lamentou o presidente do Senge. Conseqüentemente, ao final de 2011, foi deflagrada uma paralisação de 48 horas e, após várias tentativas de resolver a questão junto ao Executivo estadual, a greve de 23 de abril.

## Luta importante

Como resultado do movimento paredista, como conta Fonseca, o governador do Acre prometeu enviar à Assembleia Legislativa, logo após o recesso em 2013, projeto de lei complementando a norma em curso, instituindo uma espécie de gatilho, com índices estaduais – algo similar ao utilizado para valorização do salário mínimo. Com isso, não mais será preciso tal adequação ano a ano. Outra correção necessária – também compromisso de Tião Viana – é a inclusão de servidores da administração pública indireta, que, de acordo com o presidente

do Senge, haviam ficado descobertos pela Lei Cartaxo. Também houve abertura para se discutir a questão dos terceirizados, que hoje ganham quase o dobro dos funcionários públicos. “Sua contratação não pode ser regra, e o Governo deve conversar com o sindicato sobre isso, além de aumentar o salário do servidor, que está defasado”, explica.

E continua: “Já tivemos quatro reuniões de negociação, definimos um calendário (para essa campanha salarial) e estamos discutindo os itens não econômicos. Conquistamos compromissos e a garantia de qualificação profissional sem ônus aos engenheiros”, enfatizou o presidente do Senge. Para se ter uma ideia do que isso significa, ter mestrado propicia um adicional de 15% sobre o vencimento. No caso de doutorado, o percentual passa a 20%.

Além das conquistas, Fonseca destaca outro aspecto positivo decorrente desse processo inédito no Estado: o fortalecimento do sindicato. Os profissionais, de acordo com ele, perceberam que mobilização e união são fundamentais. E passaram a valorizar mais o papel da entidade para assegurar vitórias como as que foram obtidas. “A luta foi importantíssima.” (Soraya Misleh)

## ENERGIA

---

O alerta vem sendo feito pela Frente em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica – formada pela FNE, pelo Proteste, pelo Idec e pelo Procon SP –, caso mudança apresentada pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) se confirme. A alteração refere-se à transferência de ativos de iluminação pública aos municípios até janeiro de 2014, conforme determina o artigo 218 da Resolução 414, apresentada pelo órgão em 9 de setembro de 2010. Com sua vigência, o serviço – hoje prestado em grande parte dos municípios pelas distribuidoras, sob regulação da Aneel, e com estrutura compartilhada por elas – passaria obrigatoriamente às mãos das prefeituras. Sem equipes próprias, estrutura adequada ou recursos, muitas o entregariam a terceirizados, que não são fiscalizados pelo órgão. Com isso, estariam à margem princípios como modicidade tarifária. Além disso, o cidadão teria dificuldades em saber a quem recorrer para, por exemplo, reivindicar manutenção num poste de luz em sua rua.

A explicação foi dada por Carlos Augusto Ramos Kirchner, diretor do Seesp, que apontou a preocupação de que esses custos se elevem e venham a ser repassados aos consumidores via CIP ou Cosip (contribuições para custeio da iluminação pública) – hoje cobradas na conta de energia elétrica, sob um desses nomes, a depender da cidade. “Os gastos mensais com manutenção de iluminação pública (10% do total) poderão sofrer acréscimo de até 527% e o gasto no total (fornecimento mais manutenção) sofrer acréscimo de 47%.” Afirmada pela Frente em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica em documento encaminhado no último dia 7 de maio ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e ao diretor-geral da Aneel,

Nelson Hubner, a mensuração baseia-se em estudos apresentados pela CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) em uma das quatro audiências públicas realizadas desde a publicação da Resolução 414. Diante sobretudo da possibilidade de os consumidores terem que arcar com o ônus dessa mudança, as entidades defenderam na carta que as prefeituras continuem a ter o direito de optar entre prestar o serviço diretamente ou sob concessão. Mais de 20 dias depois, nenhum dos destinatários se manifestou a respeito.

Os riscos apontados por elas são ratificados pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios) em informe jurídico de fevereiro de 2011, constante de seu site. Considerando que a medida terá efeito negativo aos seus representados, essa alerta: “A realidade mostra que a maioria dos municípios, que é de pequeno porte, não possui estrutura, conhecimento técnico e capacidade para suportar tal responsabilidade e efetuar de forma eficiente a manutenção da rede de iluminação pública. Por essa razão é que o serviço sempre foi predominantemente realizado pelas distribuidoras, que possuem equipamentos e funcionários treinados.” Em outro trecho do texto, a confederação evidencia que, diante das dificuldades enfrentadas pelas prefeituras, muitas “terão de instituir ou aumentar o valor do custeio da CIP ou ainda remanejar outras fontes de recursos para arcar com os novos encargos”.

Mesmo em grandes centros urbanos, o repasse da responsabilidade à administração local não é garantia de melhor qualidade. Exemplo é a Capital paulista, que presta o serviço por meio de departamento próprio. “A cidade é muito mal- -iluminada”, observa Kirchner. Para ele, depende da atenção que o poder público municipal dá à questão. O diretor do Seesp ilustra que em Bauru, em que o serviço é concedido à CPFL, a companhia “apresentou um planejamento do que deveria ser melhorado, de acordo com critérios técnicos”. O Prefeito bancou a proposta e houve melhora considerável.

#### Medida inconstitucional

Os parlamentares Ademir Camilo (PDT-MG) e Luiz Fernando Faria (PP-MG), presidente da Comissão de Minas e Energia na Câmara dos Deputados, apresentaram projetos de lei pedindo a sustação da aplicação do artigo 218, relativo ao tema. Na justificativa de sua proposta, ambos apontam que a Aneel – enquanto autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – extrapolou de seu poder. Cabendo a ela regular e fiscalizar a produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, ao querer impor aos municípios a prestação direta do serviço de iluminação pública, choca-se com o que determina a Constituição Federal. Segundo o argumento apresentado por Faria, “não restam dúvidas de que é vedado às agências expedir normas que inovem na ordem jurídica – criando, modificando ou extinguindo direitos e obrigações”.

Ele continua: “A Aneel justifica a necessidade de se efetuar a transferência dos ativos (...) para o poder público municipal por competir a este último a prestação de serviços de iluminação pública.” Contudo, conforme a alegação ao seu projeto de lei – que se alinha ao que defendem as organizações que integram a Frente em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica –, Faria salienta que o dispositivo constitucional não impôs aos municípios essa obrigatoriedade direta. (Soraya Misleh)

# DESENVOLVIMENTO

---

Reunindo contribuições resultantes da série de encontros realizados em 2011, foi lançada em 18 de maio, ao final do seminário “A CNTU na Rio+20 e na Cúpula dos Povos”, a campanha Brasil Inteligente. Síntese dos debates que deram origem a essa iniciativa encontra-se na revista que leva seu nome. Na ocasião, foram ainda empossados os novos membros do Conselho Consultivo da CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados), formado em 2011. Agora, já são 400, e a meta é chegar a mil. Realizado na sede do Seesp, na Capital paulista, o evento reuniu cerca de 250 pessoas. Representantes da FNE, das federações dos economistas, odontologistas, médicos e farmacêuticos e do Sindicato dos Nutricionistas de São Paulo, além de autoridades como o vereador paulistano Jamil Murad (PCdoB) e o deputado estadual Simão Pedro (PT/SP) estiveram entre os presentes.

Segundo Allen Habert, diretor de Articulação Nacional da CNTU, a campanha Brasil Inteligente tem como um dos desafios conquistar para os 10 milhões de profissionais liberais no País o que a OIT (Organização Internacional do Trabalho) já consagrou como direito – disporem de 12 dias por ano, sem ônus ao vencimento, para requalificação. Sobre o assunto, “queremos que projeto de lei seja aprovado já em 2013. Inovação é investimento em cérebro”.

## Propostas iniciais

Para o presidente da FNE e da confederação, Murilo Celso de Campos Pinheiro, a CNTU, com isso, vem a contribuir para o debate das grandes questões do Brasil. A participação da entidade neste mês de junho, no Rio de Janeiro, na Rio+20 e na Cúpula dos Povos se insere nesse contexto. Representante da FNE no Conselho Nacional das Cidades, Laerte Mathias citou três temas principais a serem destacados na oportunidade: segurança alimentar e nutricional; segurança energética com ênfase em fontes sustentáveis; e papel dos recursos da biodiversidade para a inclusão social.

Integrante dos comitês paulistas para a Rio+20 e o Fórum Social São Paulo, ele lembrou que a largada para as discussões sobre meio ambiente foi dada em Estocolmo, Suécia, em 1972. Vinte anos depois, realizou-se no Rio de Janeiro a Eco 92, da qual saíram várias declarações e tratados internacionais, cujo problema, segundo observou, tem sido a baixa implementação. Isso não obstante o reforço obtido com a apresentação do Protocolo de Kyoto em 1997, a reafirmação dos compromissos em Johannesburgo, África do Sul, em 2002 e alguns avanços. Entre os quais, a multilateralidade nos debates, a crescente consciência política e o foco no desenvolvimento sustentável. Sob esse viés, “as nossas propostas iniciais englobam direito soberano de desenvolvimento das nações; geração de empregos decentes, renda e riqueza melhor distribuídas; paz mundial; desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação visando a sustentabilidade; capacitação e qualificação da sociedade civil e do poder público”.

Na visão de Wagner Costa Ribeiro, professor titular do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Ciência Ambiental da USP (Universidade de São Paulo), os eventos a se realizar em junho devem pautar “as correções graves dos erros cometidos no século XX”. Ele ponderou, todavia, que a Rio+20 ocorrerá numa conjuntura completamente distinta da que se tinha em 1992. “Naquele momento o espírito era de convergência. Vinte anos depois, temos uma grave crise dentro do sistema operacional, o que tem que ser levado em conta.”

Conforme Ribeiro, nessa conferência da ONU é crucial repensar o padrão de produção – no caso da agricultura, sem utilização de agrotóxicos. Defendendo a economia verde, que seria legado da Eco 92, ele frisou que “a inclusão social é o grande ponto a destacar”. Apontou ainda a revisão do modelo de governança ambiental como outro grande tema a ser tratado na Rio+20. Ao que acredita que é importante fortalecer o Pnuma (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), implementado em 1986.

#### Agenda social

Em pauta, nessa direção, um novo modelo de cidade sustentável. O coordenador de produtos do Departamento de Estudos, Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Renato Nunes Balbim, defendeu a participação efetiva da sociedade nessas discussões. E propugnou pela superação da fragmentação e dos interesses corporativos para se pensar as cidades, ao que é necessária a integração das políticas.

Nesse sentido, Nabil Bonduki, professor da FAU-USP (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), lamentou que o tema “cidade sustentável” tenha apenas, no rascunho zero da Rio+20 – que deve nortear o documento final dessa conferência –, “um parágrafo com cinco linhas”. E apontou: “O caminho para isso é problematizarmos essas questões no âmbito das discussões na Cúpula dos Povos.” Esse será o espaço de participação da sociedade civil. Já na Rio+20, para Francisco Whitaker, membro do Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, sua presença é uma falácia. O ponto de convergência entre ambas iniciativas seria que sustentabilidade é fundamental. A diferença, para ele, é que o capital quer pintar tudo de verde, mas o que se faz necessário é mudar o modelo em voga.

O especialista em políticas macroeconômicas João Sicsú propôs, por outro lado, uma pauta prioritária neste momento. Professor do Instituto de Economia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), ele enfatizou que o crescimento econômico é premente e tem se dado – a uma média de 4,5% de quatro a cinco anos para cá. Como consequência, tem melhorado a qualidade de vida da população brasileira. O caminho agora é priorizar a agenda social. Nesse sentido, destacou as tarefas a serem cumpridas: investir em infraestrutura, educação, saúde e transporte públicos. (Soraya Misleh, com a colaboração de Rosângela Ribeiro Gil)

# SINDICAL

---

GO

Curso de SPDA em parceria com a Termotécnica

Engenheiros, arquitetos e técnicos envolvidos com empreendimentos de engenharia fizeram o curso SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas), no auditório da Celg (Companhia Energética de Goiás), nos dias 3 e 4 de abril último. Foi ministrado por José Barbosa, gerente de Engenharia da Termotécnica Indústria e Comércio Ltda., visando capacitar os profissionais a desenvolverem, interpretar e analisar projetos de SPDA, bem como apresentar as exigências mínimas da NBR 5.419, da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), e os métodos prescritos para proteção e aterramento desse sistema, regras, informações e dicas para vistoriadores e auditores de instalações. A iniciativa foi do Senge-GO em parceria com a AEC (Associação dos Engenheiros da Celg), com patrocínio do Crea-GO (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás), através do convênio para repasse de recursos da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica). Para o diretor do Senge Luiz Carlos C. de Oliveira, o curso “foi excelente, pois o material fornecido foi de grande importância para a compreensão do conteúdo, muito bem elaborado e organizado”.

MA

Servidores aguardam solução ao plano de carreiras

O Senge Maranhão tem participado das discussões sobre o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos servidores do Governo do Estado (administração, autárquica e funcional), atendendo reivindicações dos engenheiros estatutários. No dia 2 de maio último, esses propuseram alterações ao Projeto de Lei 087/2012, visando equivalência salarial a todos os profissionais. Após sucessivos encontros com secretários de pastas estratégicas do Governo e com o deputado José Carlos Nunes (PT), em 23 de maio, o presidente do Senge, Berilo Macedo, acompanhado pela diretora Maria Odinéa Melo Santos Ribeiro e os representantes dos servidores Luis Carlos Pinheiro e José Miguel Viana, reuniu-se com o secretário Estadual de Gestão e Previdência, Fábio Godim, responsável pela elaboração do plano. Na ocasião, houve consenso quanto aos avanços na proposta do Executivo, que ofereceu correção de 120% entre 2012 e 2015, além da incorporação ao vencimento dos estatutários das atuais gratificações e demais itens do salário. Godim comprometeu-se a apresentar uma solução logo após a aprovação do plano no Legislativo.



CE

Projeto voltado a tecnologia, soluções e negócios

Promover integração de fornecedores de produtos e serviços com os profissionais da área tecnológica, em benefício da sociedade, é o objetivo do projeto “Tecnologia, soluções e negócios” lançado pelo Senge-CE, no dia 15 de maio último, durante café da manhã no La Maison Buffet, em Fortaleza. Segundo sua presidente, Thereza Neumann Santos de Freitas, terá como foco a capacitação de engenheiros, arquitetos, agrônomos, geólogos, geógrafos e meteorologistas e de outras categorias. “Queremos que os fornecedores, como parceiros, invistam em qualificação para que os profissionais da área tecnológica possam indicar e oferecer bons produtos ao consumidor. Assim, eles poderão projetar e garantir um serviço sem prejuízo à população”, afirma.

AL

Senge lança campanha de sindicalização

Na luta pelos interesses dos profissionais da engenharia, arquitetura e agronomia, o Senge Alagoas lançou em abril a campanha “Sindicalize-se”. Essa oferece desconto de 50% na Contribuição Associativa aos profissionais empregados e isenta do pagamento da taxa os que não estiverem exercendo suas atividades no mercado de trabalho. Mais informações pelo telefone (82) 3223-6807. A Contribuição Sindical é obrigatória e deve ser paga anualmente por todos que participam de uma determinada categoria econômica ou profissional. Está prevista na CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), artigo 578.

PI

Vinte e seis anos de luta

No dia 25 de maio último, o Senge Piauí completou 26 anos em defesa dos engenheiros. Foi criado em 1986, após a transformação da Associação Profissional dos Engenheiros do Piauí em entidade sindical, sob o comando do engenheiro José Maria Freitas. Depois dele, assumiram o posto Olivaldo Gomes de Sousa, Eugênia Vitória de Medeiros, Carlos Jales de Carvalho, Francisco Batista, Mirócles Veras. Antonio Florentino de Souza Filho é o atual presidente e está à frente da entidade desde janeiro de 2002. Esse último afirma que várias ações na Justiça foram movidas pelo Senge para garantir o cumprimento da Lei 4.950-A/66, que determina o piso dos engenheiros em seis salários mínimos para jornada de seis horas. “Conseguimos a reintegração de engenheiros demitidos sem justa causa; mudança de editais de concursos que ofereciam menos da metade do que deveria ser pago, restabelecer salários cortados no Departamento de Estradas e Rodagens do Piauí e fazer com que a Prefeitura de Teresina pagasse o piso profissional”, pontua. Florentino destaca ainda a atuação do sindicato no âmbito do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento”, em parceria com a FNE.

Para ele, “o Senge sempre correspondeu quando solicitado pela categoria, e hoje é uma entidade forte, com credibilidade, e conta com o respaldo dos engenheiros do Estado”.

MS

Palestra a pós-graduandos no Unilins

A atuação do Senge Mato Grosso do Sul em prol da valorização profissional esteve entre os temas abordados na palestra realizada em 11 de maio para pós-graduandos do Unilins (Centro Universitário de Lins), na unidade de Três Lagoas, realizada por Edson Kiyoshi Shimabukuro, presidente do Senge, e Arthur Chinzarian, conselheiro fiscal da FNE e ex-presidente do sindicato. Para Shimabukuro, “foi uma oportunidade de semearmos raízes firmes para o futuro”. Os dirigentes do Senge, em visita ao secretário municipal de Obras e Serviços Públicos de Três Lagoas, Getúlio Neves da Costa Dias, e ao gestor técnico da Sanesul (Empresa de Saneamento do Estado de Mato Grosso do Sul), Julio Seba Bobadilha, não perderam a oportunidade de reivindicar a aplicação da Lei 4.950-A/66, que estabelece o piso à categoria em nove salários mínimos. Ficou marcado novo encontro para julho para tratar do assunto.

AM

MBA com desconto

Em parceria com o Ipog (Instituto de Pós-graduação), o Senge-AM coloca ao alcance dos seus associados o curso de MBA em Gerenciamento de Obras, Tecnologia & Qualidade da Construção, com início em 17 de agosto de 2012. Localiza-se na Avenida Constantino Nery, 2.789, Edifício Empire Center, 11º andar, sala 1.102, Chapada, em Manaus (AM). Mais informações pelos telefones (92) 3656-5513, 3238-6583 e 9221-1235 e no site [www.ipog.edu.br](http://www.ipog.edu.br). Desconto de 20% nas mensalidades pagas até o dia 10 de cada mês nos cursos oferecidos no Estado.

## ENTREVISTA

---

Paralelamente à realização da Rio+20 e da Cúpula dos Povos, acontecerá nos dias 16 e 17 de junho o II FMML (Fórum Mundial de Mídia Livre), que deve reunir militantes da causa da democratização da comunicação de todo o globo. Entre os temas em pauta, a questão das redes e protocolos de comunicação livres de propriedade, filtros de conteúdo e, especialmente, armazenamento de dados dos usuários. De Berlim, na Alemanha, o filósofo brasileiro Pedro Noel participará da conexão com o Rio de Janeiro que abordará o tema da

apropriação tecnológica pelos cidadãos. Ativista das mídias digitais, ele organiza canais e conteúdo para movimentos sociais como Occupy Wall Street, indignados da Espanha e organizações e publicadores de jornalismo investigativo pelo mundo. Atualmente coordenador-geral do projeto Global Square, ele falou em entrevista ao Engenheiro .

O que são as chamadas redes livres e o que as torna diferentes do Facebook, por exemplo?

Redes livres são canais de comunicação abertos, em que não há filtros ou qualquer tipo de censura às informações a serem veiculadas. São iniciativas de grupos que acreditam no fluxo livre de informação e na disposição ativa da população no que é relacionado à produção e transmissão de informação. Tecnicamente, são softwares diferentes do Facebook, Orkut e todas as redes corporativas que conhecemos, pois têm código aberto e livre. Isso significa que qualquer pessoa pode contribuir para a melhoria da rede, resolvendo possíveis bugs ou aperfeiçoando ferramentas já existentes. Qualquer um também pode utilizar o código para fomentar outras iniciativas e projetos, adaptando-o a necessidades específicas. Redes livres são copyleft , o oposto de copyright . Isso significa que não obedecem a nenhuma agenda corporativa específica, que seus usuários são livres para se comunicar e desenvolvedores livres para utilizar, adaptar e aperfeiçoar seu conteúdo e seu código da maneira que melhor lhes apetece.

Porque é importante uma ligação entre essas redes e de que forma isso pode ser feito? O que vem a ser um protocolo comum e como é aplicado na prática?

É importante fomentar um vínculo de comunicação entre cada uma dessas iniciativas, pois tecnicamente uma pode complementar a outra e evitar esforços duplicados ou mesmo tempo de trabalho desperdiçado. Além disso, podem aprender uma com a outra, buscando em conjunto alternativas e soluções para problemas comuns. Um desses temas é a ideia de um protocolo de comunicação que seja livre e global. Com isso, as redes e seus usuários poderiam contar com um vocabulário comum para transmissão de dados, unindo-se numa corrente que lhes permitiria comunicar-se livre e facilmente entre si. Esse protocolo significaria que pessoas poderiam comunicar-se sem intermediários corporativos e governamentais, aumentando a segurança e a liberdade nos processos comunicativos da sociedade como um todo. Entre essas iniciativas, podemos destacar Lorea (plataforma-berço que fomenta a criação de redes livres como o N-1, bastante utilizado pelos indignados da Espanha), Secushare (projeto de rede social P2P focado em privacidade), Global Square (projeto de rede social descentralizada P2P e resistente à censura e bloqueios arbitrários) e Briar (projeto de rede focado em comunicações seguras para jornalistas e ativistas em regimes autoritários).

Qual o papel principal da rede Global Square?

É um ambiente organizacional focado no respeito à privacidade individual e transparência relacionada a organizações e ações públicas. Como um ambiente social, está centrada em

facilitar comunicações abertas enquanto indivíduos têm controle sobre sua privacidade. Apoiamos o direito à organização e coordenação popular, bem como de compartilhar informação livremente para facilitar processos educativos colaborativos. Buscamos conectar redes, promover um espaço livre para interação de indivíduos e trabalho colaborativo. Global Square trabalha na direção de criar infraestruturas globais que forneçam um ambiente seguro e descentralizado à organização cívica.

Como será o evento de Berlim? Como será a conexão com o Rio de Janeiro?

Em Berlim, daremos prosseguimento às discussões que vimos fazendo desde os últimos meses na Europa e pretendemos conectá-los com os processos do Fórum Mundial de Mídia Livre no Rio de Janeiro, a fim de buscar alternativas comuns para problemas globais relacionados a um protocolo unificado, aberto e livre para redes sociais e seu futuro na sociedade contemporânea globalizada.

As universidades e instituições ligadas à ciência e tecnologia poderiam contribuir para o desenvolvimento das redes e protocolos?

É uma vontade de todos nós que esses processos possam ser apoiados por instituições de ciência e tecnologia. Global Square, por exemplo, tem uma parceria com a Universidade de Tecnologia de Delft, na Holanda, que no presente momento está desenvolvendo a tecnologia P2P (descentralizada) que será implementada em nosso software. É essencial contar com o apoio desse tipo de instituição para que logremos atingir o objetivo de poder fornecer ao público da internet redes sociais livres, efetivas e que favoreçam o trabalho colaborativo e o compartilhamento livre de informação, sem agendas corporativas. (Rita Freire)

## C&T

---

Batizada de forma a não deixar dúvidas quanto à origem, a equipe “Uai, sô! Fly!!!”, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), sagrou-se campeã da SAE Aero Design East Competition, rea-lizada na Georgia, nos Estados Unidos, entre os dias 27 e 29 de abril. Integrado por 11 alunos de engenharia aeroespacial e mecânica, o time mineiro projetou um avião de 3,5 quilos, com envergadura de 3,2 metros e capacidade para 16,5kg de carga. Com uma estrutura leve e resistente, a aeronave vencedora é feita basicamente de madeira balsa e freijó, alumínio e nylon.

De acordo com Bruno Arruda Alves, capitão do grupo e estudante do sétimo período de engenharia aeroespacial da UFMG, além de conquistar o primeiro lugar da classe regular que

contava com 40 equipes concorrentes, o trabalho recebeu menções honrosas de segunda maior carga carregada e foi vice-campeão no relatório técnico. Conforme ele, para ganhar a prova, é preciso projetar e construir um avião em escala reduzida com capacidade de carregar o maior peso possível. Além disso, são avaliados outros quesitos, como relatórios técnicos, apresentação oral e concordância entre projeto e construção.

Dividida em três categorias – micro, regular e avançada –, a competição contou com a participação de cerca de 500 estudantes de engenharia de nove países, entre eles, Canadá, China, Estados Unidos, Índia, México, Polônia, Turquia e Venezuela. O objetivo principal é propiciar a difusão e o intercâmbio de técnicas e conhecimentos de engenharia aeronáutica entre estudantes e profissionais através de aplicações práticas. “A ‘Uai, sô! Fly!!!’ vivenciou um caso real, atuando desde a concepção, projeto detalhado até a construção e os testes da aeronave”, conta Alves. Segundo ele, além da experiência prática, que envolve a engenharia propriamente dita, os alunos tiveram que lidar com áreas relacionadas à logística, marketing, gestão de pessoas, cumprimento de prazos e administrar recursos materiais e financeiros.

Para Paulo Iscold, professor do Departamento de Engenharia Mecânica da UFMG, que acompanhou os alunos no torneio, esse tipo de competição é importante principalmente pelo aspecto técnico, já que os estudantes têm a oportunidade de experimentar os conceitos aprendidos em sala de aula em um ambiente prático e competitivo. “Adicionalmente, podemos citar a importância social, uma vez que os estudantes aprendem a competir em alto nível e percebem que não devem nada em relação a profissionais de outros lugares do mundo”, menciona.

O projeto, que custou aproximadamente R\$ 65 mil, incluindo as passagens aéreas e a hospedagem da equipe nos EUA, teve início em dezembro de 2011 e foi financiado pela Emicon Mineração Ltda. e pelo Banco Mercantil do Brasil, além de diversos apoiadores.

Foram ganhadores Alexandre Salles, Bruno Arruda, Bruno Rocha, Caio de Medeiros, Charles Motta, Estevão Fonseca, Julliardy Matoso, Leonardo Ferreira, Luana Montandon, Lucas Pedrosa e Rodrigo Amorim.

#### Mais brasileiros

Além da UFMG, três universidades paulistas asseguraram vagas no evento internacional após terem garantido as melhores colocações na 13ª Competição SAE Brasil AeroDesign, realizada no final do ano passado, pela SAE (Sociedade de Engenheiros de Mobilidade), em São José dos Campos, interior de São Paulo.

Estreante na prova internacional, a equipe AeroFEG, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), campus Guaratinguetá, também representou o Brasil na classe regular, conquistando a terceira colocação na classificação geral e recebendo menção honrosa pela maior carga transportada, com 17kg. Na categoria micro, a equipe Taperá Baby, do IFSP (Instituto Federal Educacional de Ciências e Tecnologia de São Paulo), campus Salto, também estreante na prova estadunidense, recebeu menções honrosas nos quesitos apresentação oral e maior carga transportada, de 1,95kg. No ranking geral, ficou em oitavo lugar. Na classe avançada, a equipe

Leviatã, do ITA (Instituto Tecnológico de Aeronáutica), de São José dos Campos, foi a terceira colocada. O grupo também recebeu menções honrosas pela segundo melhor relatório técnico e terceira maior carga transportada, com 17,9kg.

De acordo com Robson Galvão, diretor de Simpósios e Programas Estudantis da SAE Brasil, anualmente participam da prova nacional por volta de 180 equipes das principais universidades. “Cada grupo possui cerca de dez alunos, ou seja, 1.800 estudantes de engenharia têm todo ano a oportunidade única de participar de uma atividade paralela ao curso, porém extremamente prática e complementar à sua formação. Eles aplicam as mesmas técnicas e procedimentos de uma montadora tradicional no desenvolvimento de um veículo, seja carro ou avião”, relata.

Para Galvão, essas competições ajudam na formação dos futuros engenheiros e propiciam aos estudantes brasileiros a chance de aferirem o nível de aprendizado de forma global. “Por mostrarem alto conhecimento e desempenho profissional diferenciado internacionalmente, esses jovens vencedores terão portas fartas e abertas no mercado de trabalho”, acredita.

Ainda segundo ele, a SAE Brasil pretende aumentar e estender torneios estudantis, visando disseminar tecnologias da mobilidade. “Neste momento, estamos avaliando a oportunidade de duas novas competições, uma sobre asas rotativas (helicópteros) e para área de foguetes”, cita. Em 2012, a SAE Brasil AeroDesign acontece entre os dias 1.º e 4 de novembro. Para saber mais, acesse o site da SAE Brasil.